



Os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Fazenda, Fernando Haddad, chegando na entrevista coletiva para detalhar as operações

Megaoperação ataca esquema do PCC com combustíveis que movimentou R\$ 140 bi

Para lavagem de dinheiro, facção usava fintechs e fundos de investimentos, 42 deles localizados na Avenida Faria Lima, em São Paulo

Por Jorge Vasconcellos

Na maior ofensiva já realizada contra o crime organizado no país, cerca de 1.400 agentes da Receita Federal, Polícia Federal e outros órgãos foram às ruas na manhã desta quinta-feira (28) para cumprir mais de 400 mandados judiciais, incluindo 14 de prisão, e centenas de buscas e apreensões, em pelo menos oito estados do País. Três operações simultâneas - Quasar, Tank e Carbono Oculto - foram deflagradas para dismantlar um esquema ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) que inclui lavagem de dinheiro no setor de combustíveis.

As investigações apontam que, com o uso de cerca de 1,6 mil postos de combustíveis, a facção criminosa movimentou, de forma ilícita, aproximadamente R\$ 140 bilhões de 2020 a 2024. As medidas judiciais levaram ao bloqueio e sequestro de mais de R\$ 3,2 bilhões em bens e valores.

Conforme a Receita Federal, o esquema conta com estrutura financeira para lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio. O órgão informou, por meio de nota, que a facção se utilizava de fintechs e de dezenas de fundos de investimentos. Ao todo, 42 deles estão localizados em cinco endereços na Avenida Faria Lima, em São Paulo, maior centro financeiro do país. Mais de R\$ 1 bilhão em bens foram bloqueados. O valor deve ser usado para a garantia de crédito tributário, informou a Receita.

Pelas redes sociais, o presidente Lula (PT) afirmou que a megaoperação teve como foco principal proteger a população brasileira. “Nosso compromisso é proteger cidadãos e consumidores: cortar o fluxo de dinheiro ilícito, recuperar recursos para os cofres públicos e garantir um mercado de combustíveis justo e transparente, com qualidade e concorrência leal”, afirmou o presidente.

Força-tarefa

Além da Receita e da PF, participaram também da operação servidores MP-SP (Ministério Público de São Paulo), MPF (Ministério Público



Três operações foram deflagradas para dismantlar esquema que inclui lavagem de dinheiro na área de combustíveis

Federal), polícias Civil e Militar, Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo), ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis); e PGE-SP (Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo).

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em pelo menos oito estados: São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Pelas redes sociais, o presidente Lula (PT) afirmou que a megaoperação teve como foco principal proteger a população brasileira. “Nosso compromisso é proteger cidadãos e consumidores: cortar o fluxo de dinheiro ilícito, recuperar recursos para os cofres públicos e garantir um mercado de combustíveis justo e transparente, com qualidade e concorrência leal”, afirmou o presidente.

Combustíveis adulterados

Conforme a investigação, importadoras compravam no exterior nafta, hidrocarbonetos e diesel com recursos de formuladoras e distribuidoras vin-

culadas ao PCC. De 2020 a 2024, foram importados mais de R\$ 10 bilhões em combustíveis no esquema.

Empresas “songevavam reiteradamente tributos em suas operações de venda”, segundo nota divulgada pela Receita Federal. O órgão informou ter constituído créditos tributários federais de mais de R\$ 8,67 bilhões em pessoas e empresas ligadas ao esquema.

Combustíveis também eram adulterados. “O metanol, importado supostamente para outros fins, era desviado para uso na fabricação de gasolina adulterada, com sérios prejuízos para os consumidores”, destaca a Receita.

Lavagem de dinheiro

Segundo a investigação, formuladoras, distribuidoras e postos foram usados para lavar R\$ 70 bilhões de 2020 a 2024. “Há indícios de que as lojas de conveniência e as administradoras desses postos, além de padarias, também participavam do esquema”, disse a Receita.

O órgão acrescenta que o recolhimento de tributos pelos postos de

combustíveis era muito baixo e incompatível com suas atividades. “Os postos já foram autuados pela Receita Federal em mais de R\$ 891 milhões”, diz a Receita Federal, no comunicado.

Apenas um grupo de 140 postos recebeu um total de mais de R\$ 2 bilhões em notas fiscais de combustíveis. “Possivelmente, essas aquisições simuladas serviram para ocultar o trânsito de valores ilícitos depositados nas distribuidoras vinculadas à organização criminosa”, informa a Receita.

Ocultação de patrimônio

Ainda conforme a Receita, fintechs foram utilizadas como “bancos paralelos” para dificultar o rastreamento financeiro, sendo que uma dessas instituições movimentou, sozinha, mais de R\$ 46 bilhões no período investigado, e o dinheiro era reinvestido em fundos de investimento, imóveis, usinas e veículos.

“A utilização de fintechs pelo crime organizado objetiva aproveitar brechas na regulação desse tipo de instituição. Essas brechas impedem o rastreamento do fluxo dos recursos e a identificação, pelos órgãos de controle e de fis-

calização, dos valores movimentados por cada um dos clientes da fintech de forma isolada”, diz a Receita Federal.

Dinheiro ilícito era reinvestido

A Receita informa também que a venda irregular de combustíveis e a lavagem de dinheiro eram blindados em fundos de investimentos. O órgão explica que esses fundos contavam “com diversas camadas de ocultação”, para “tentar impedir a identificação dos reais beneficiários”.

Além disso, valores foram usados em negócios, propriedades e fundos de investimentos. A Receita Federal já identificou ao menos 40 fundos de investimentos multimercado e imobiliários, com patrimônio de R\$ 30 bilhões, controlados pela organização criminosa.

Os investigadores descobriram ainda que entre os bens estão: um terminal portuário, quatro usinas produtoras de álcool, 1.600 caminhões para transporte de combustíveis e mais de cem imóveis, incluindo seis fazendas no interior de São Paulo, avaliadas em R\$ 31 milhões, e uma casa em Tranco-so (BA), comprada por R\$ 13 milhões.

‘Andar de cima’ do crime

“Essa operação é exemplar, porque ela conseguiu chegar na cobertura do sistema, no andar de cima do sistema”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em coletiva de imprensa. Para ele, a identificação e sequestro de recursos e bens irregulares pelo governo, ou seja, a chamada ‘desmonetização’, é um passo importante nas organizações criminosas no país.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que o crime organizado “se apropriou do setor de combustíveis”.

“É uma das maiores operações da história contra o crime organizado, sobretudo em sua atuação no mercado legal, ou seja, atacando, neste momento, o setor de combustíveis, apropriação das organizações criminosas, em parte do setor de combustíveis, e a sua ligação com o setor financeiro no que diz respeito a lavagem de dinheiro”, afirmou o ministro.